

COLUNA DO HERÓDOTO

Afinal, quem governa?



Heródoto Barbeiro (*)

O debate está acirrado na mídia. Jornais e outras plataformas não dão um minuto de sossego para o chefe do poder executivo.

Mais do que uma troca de ideias ou propostas de governo, o debate baixa o nível e vira caso pessoal. Inicia-se o chamado “bateu, levou”. Tudo o que o país não precisa para poder se reerguer economicamente. O governo anterior foi um desastre e o assalto ao cofre público foi mais acirrado do que a capacidade da população pagar impostos.

Os órgãos do governo sofrem de uma verdadeira limpa com dinheiro retirado e mandado para fora do país. É mais seguro. Apressão das nações credoras é grande e ninguém sabe qual a saída para a crise.

Há uma mistura de política, economia, insatisfação sobre os rumos do país, e até da vida familiar do mandatário. Uma camarilha de privilegiados, vinda do governo anterior, se apossa dos cargos públicos e ganha dinheiro com tráfico de influência, contrabando ou salários privilegiados. Até o sistema tributário é precário. Ser um funcionário do Estado é um sonho de boa parte da população, especialmente da capital do Brasil.

O comércio chega a níveis baixíssimos. A indústria praticamente não existe por causa da concorrência internacional, e os bancos ou não emprestam ou cobram juros altíssimos de empréstimos impagáveis. Investidores preferem locais mais seguros para o seu dinheiro. No meio dessa confusão o chefe do executivo ao invés de se ocupar com os grandes problemas nacionais, se envolve em picuinhas. Suas aparições em público são motivos de chacota ou desafios. Até o seu filho mais novo é alvo da oposição política do governo.

Encontros na porta do pa-

lácio do governo geralmente terminam em troca de ofensas entre opositoristas e o mandatário. Ninguém sabe exatamente para onde ele e seus ministros levam o Brasil. Uns consideram um avanço a abertura do comércio e uma aproximação com a Europa, outros dizem que isso leva à quebra das empresas brasileiras e favorece o capital internacional. Há um braço de ferro entre os chamados nacionalistas e tradicionalistas.

Do debate nos jornais para pancadaria de rua foi um pulinho. Os apoiadores do chefe de governo são organizados e não deixavam por menos. As manifestações, geralmente, terminam em grossa pancadaria. Até onde isso pode ir ninguém sabe. Um grupo de deputados e senadores preparou e distribuiu um manifesto violento e que não deixa dúvidas: era preciso tirá-lo do cargo em nome da paz e da tranquilidade.

As reações do mandatário se confundiam com bate boca em boteco abastecido com a cachaça da melhor qualidade. A vida pessoal e familiar do monarca também era alvo de críticas e uma boa parte do que se divulgava era pura fake News. É verdade que grande parte da população é estranha ao mundo político, manobrado por grandes proprietários de terras, de escravos, comerciantes e funcionários do alto escalão.

O país caminha rapidamente para uma guerra civil. A não ser que o imperador abdique o trono e volte para Portugal. D. Pedro I anuncia sua volta e passa o trono para o menino Pedro. Para uns, este episódio é a verdadeira independência política do Brasil, uma vez que, finalmente, foram cortados os laços coloniais que prendiam Brasil a metrópole.

Contudo uma crise sucede a outra, quem vai governar em nome do garotinho?

(*) - É editor-chefe e âncora do Jornal da Record News (www.herodoto.com.br).

Avaliação de Desempenho: por onde começar?

Muitas empresas têm o desafio de implementar algum tipo de avaliação de performance, às vezes motivado pela diretiva do CEO ou por iniciativa de funcionários que estão ansiosos por algum tipo de plano de carreira ou que possa servir de critério para promoções



Francisco Homem de Melo (*)

Às vezes, ainda, as empresas precisam de algum tipo de critério para dar aumento aos seus funcionários, e acha que uma avaliação de performance vai ser a bala de prata para os problemas. Geralmente, esses clientes estão bem confusos quanto às metodologias que devem usar para estruturar essa primeira versão de suas avaliações de desempenho.

As principais dúvidas costumam ser: devo avaliar competências? Com que frequência devo fazer o processo? Semestral? Anual? Devo dar notas aos funcionários (1 a 5, por exemplo)? Devo usar apenas critérios de texto? Devo misturar os dois? Quem deve avaliar quem? Apenas gestores avaliam seus liderados? Devo fazer uma autoavaliação? E os pares? Devem avaliar uns os outros? E os valores da cultura? Onde entram nessa história? Como fazer a avaliação ser menos subjetiva?

As dúvidas são muitas, é verdade. Se a empresa nunca passou por algum processo de avaliação de performance, é razoável pensar que podemos presumir algumas coisas sobre ela: os funcionários têm baixa maturidade: liderados têm baixa maturidade profissional, e os líderes têm, muito provavelmente, baixa maturidade como gestores de pessoas. A empresa tem baixa maturidade: há pouca cultura de mensuração de resultados, que se observa por meio de KPIs bem-definidos por área, gestão à vista, processos de

gestão cadenciados (como reuniões de planejamento semanal e reuniões mensais de resultado).

A empresa não tem (ou tem há pouco tempo) um programa de cargos e salários ou competências corporativas bem definidos. Também faz sentido presumir, justificar a falta de um programa de desenvolvimento de performance: de conversas claras e diretas sobre desempenho, que gerem feedbacks e feedforwards claros e acionáveis para que a empresa passe a gradativamente entender o que é esperado de cada um, criar uma cultura de desenvolvimento. Efetivamente melhorar sua performance, ou seja, insumos para decisões como bônus, promoções e plano de carreira são absolutamente secundários nessa fase incipiente da gestão de performance.

“Nos dias de hoje, fazer qualquer coisa uma vez por ano não faz sentido. É simplesmente bizarro. A não ser que você trabalhe em uma repartição pública das mais estagnadas, um ano é tempo demais para qualquer processo.”

O que sugeri, nessa etapa, é começar por perguntas que cada gestor deve responder para seus liderados, o que chamamos esse processo de check-in de desempenho: no que o liderado pode melhorar (resultados e comportamentos)? Quais devem ser as prioridades para os próximos meses (entregas, resultados e desenvolvimento do funcionário)?

Segundo Jeff Immelt, CEO da GE, “nos dias de hoje, fazer qualquer coisa uma vez por ano não faz sentido. É simplesmente bizarro”. A não ser que você trabalhe em uma repartição pública das mais estagnadas, um ano é tempo demais para qualquer processo. Ainda mais com uma força de trabalho jovem, composta crescentemente por millen-

nials, um ano é tempo demais para seu funcionário morrer de ansiedade. Assim, a sugestão é que você faça seu ciclo de avaliação de desempenho (que deve ser chamado de checkin de desempenho) pelo menos quatro vezes por ano.

Dependendo do estágio da sua empresa (quanto mais jovem, mais frequente) ou demografia média dos funcionários (quanto mais jovens, mais frequente), um ciclo mais curto pode ser ainda melhor. Quem deve avaliar quem? Apenas gestores avaliam seus liderados? Devo fazer uma autoavaliação? E os pares? Devem avaliar uns os outros? Gestores avaliam liderados. Se você estiver inspirado (a), deixe seus funcionários se autoavaliarem. Isso aumenta seu grau de autoconhecimento. Pares devem dar feedbacks para pares, mas espere um pouco para inserir esse componente de feedback 360-graus no seu processo de gestão de desempenho: ele pode, e deve, ficar para depois, só vindo após o processo básico estar bem estabelecido e amadurecido.

E os valores da cultura? Entram nessa história? Em um lugar muito simples: peça aos seus líderes que levem em conta os valores e comportamentos da sua cultura quando fizerem as perguntas de “mandando bem” e “pode melhorar”. Peça que identifiquem exemplos de situações em que eles representaram – ou deveriam ter representado os valores e ideias de como podem fazê-lo com maior frequência e intensidade. É um caminho.

(*) É fundador da Culture.Rocks, software de gestão de desempenho. Especialista e estudioso em cultura organizacional. Autor do livro *The 3G Way: Dream, People, and Culture, figurando entre os mais vendidos da Amazon em estratégia e negócios*. Lança a próxima obra: “OKRs: Da Missão às Métricas”, com o objetivo de ajudar as empresas a implementar uma metodologia de metas direcionada para alcançar resultados.

News @TI

Prêmio de Liderança em Big Data

A TIBCO Software Inc. foi a vencedora do Ventana Research Big Data Digital Leadership Award. Em seu 12º ano, o Ventana Research Big Data Digital Leadership Award reconheceu organizações e profissionais que extraem o máximo da tecnologia para impulsionar os negócios e a TI. O Big Data Award, conquistado pela TIBCO, é concedido a atores da indústria com excelência comprovada na aplicação e no gerenciamento de big data e tecnologias relacionadas, que apoiam tanto o gerenciamento de dados como o de informações (www.tibco.com).

Match entre empresas e candidatos acima de 50 anos

Em um cenário onde o número de idosos vai ultrapassar o de jovens nos próximos 20 anos, a Labora é uma HR tech (startup de RH) que surge com o objetivo de criar vagas de trabalho para o público sênior. Por trás da iniciativa está o especialista em longevidade Sérgio Serapião, reconhecido pela rede de empreendedores sociais Fellow Ashoka, e que há mais de cinco anos lidera o movimento LAB 60+, com o intuito de redefinir a longevidade e diminuir a desigualdade social.

Neoway e Nextcode firmam parceria

A Neoway, companhia de Big Data Analytics e Inteligência Artificial para negócios, firma parceria com a Nextcode, empresa responsável pelo Onboarding Digital, que realiza verificação de documentos e validação de novos clientes. Em conjunto, as duas instituições lançaram o Neoway Check, solução que valida documentos de identificação por meio de Face Match para aprimorar o Onboarding Digital das empresas e prevenir fraudes.

Sistema mais utilizado pelo setor jurídico

A Fácil, lawtech brasileira especializada em soluções para o setor jurídico, investiu entre 2016 e 2019, R\$ 5 milhões para modernizar seus produtos e serviços. O software de gestão jurídica Espaider recebeu recursos de IA e outras funcionalidades.

Ainda no primeiro trimestre deste ano, a lawtech pretende lançar a versão 7 de seu software.

“Para criar uma solução apropriada ao setor jurídico brasileiro, é preciso ter como base o direito comparado. Muitos exemplos são importados e não resolvem as necessidades de automatização do direito brasileiro. O nosso país tem que desenvolver seus próprios ferramentas adequados à sua realidade. É isso que a Fácil tem feito! Nossos produtos são moldados à forma de operar do nosso jurídico, que é muito peculiar do país”, co-



menta Carlos José Pereira, Diretor-presidente da Fácil.

A nova interface do Espaider está ali-

cerçada no binômio “beleza e usabilidade”, o que viabiliza no mercado, uma nova experiência usuário-máquina.

Há lugar para vingança mulçumana do Irã no mundo?

Carlo Barbieri (*)

Os episódios da recente crise entre os EUA e o Irã escancararam facetas político-diplomáticas antes visíveis apenas aos analistas políticos mais atentos

Sabemos que pela própria doutrina mulçumana a vingança é parte integrante das ações como era antes o judaísmo. Sabemos então que a obrigação de vingança é parte integrante da cultura da religião, esta, predominante no Irã. A não adesão da Europa e Ásia no conflito mostrou essa realidade, antiga e belicosa, do país do Oriente Médio que agora está mais solitário do que nunca.

Nos bastidores da crise, o que o Irã deixa claro é que deve haver, logicamente, uma reação. Contudo, o quanto essa reação será, digamos assim, enérgica e imortal, vai depender muito de uma avaliação interna do Irã mensurando entre a manutenção do seu prestígio interno e guerra ideológica que mostrou ao mundo.

Para este país revanchista sobrou a tentativa de encontrar em si próprio o tom das próximas jogadas desta 'guerra de inteligência'. Será preciso maturidade para agir de tal maneira para que não haja uma escalada de retaliações. A ninguém interessa um Irã enfraquecido, principalmente para a Rússia, que busca o fortalecimento do país para poder seguir comprando e se beneficiando de armamento, tecnologia, inclusive nuclear.

A China não deve entrar na briga porque aumentaria o preço do petróleo, o que para um país dependente do combustível não é nada interessante. Sabe-se que em termos econômicos o aumento do preço do petróleo está muito longe da possibilidade de chegar aos \$156 que alguns analistas

colocaram. Porque não interessa a Arábia Saudita, a Omã ao Qatar e outras potências petrolíferas fortalecer o regime iraniano.

Ainda assim, o conflito ainda terá alguns próximos capítulos. Dessa vez, espera-se que mais estratégicos e menos belicosos - ao arripio da ideologia de vingança defendido e demonstrado pelo Irã. Existem muitos atores interessados neste contexto. O consenso é que não interessam ações implacáveis que coloquem em risco a já cambaleante economia mundial. Espera-se que o desejo de vingança iraniano respeite os limites da sanidade para não obrigar os EUA a praticar uma retaliação mais enérgica.

O que deve acontecer é o estímulo por uma vingança moderada do Irã, para empurrar todos os países a um novo acordo, inclusive mirando frear a questão nuclear e a dominação iraniana no Oriente Médio. No Brasil, o efeito desse conflito deverá ser sentido muito mais que nos EUA que são um país nada dependente de petróleo, sendo superavitário em termos dessa energia.

No Brasil, pode haver um aumento do Petróleo em curto prazo. Mas não será um fator inflacionário de médio e longo prazo. Porque, deveremos ter um rebalanceamento da oferta de petróleo para diminuir o impacto dessa alta muito mais emocional do que de fato concreta já que não houve nenhuma razão para diminuição na oferta do produto.

Tampouco houve alguma limitação na distribuição na oferta do petróleo através dos navios que saem do Oriente Médio.

(*) - Formado em Economia e Direito com mais de 60 cursos de especialização no Brasil e no exterior, é analista político e economista, presidente do Grupo Oxford, a maior empresa de consultoria brasileira nos EUA (www.oxfordusa.com).

Fim da perda de cidadania de quem obtém outra nacionalidade

O Plenário do Senado deve retomar a análise da proposta que acaba com a perda automática de cidadania brasileira de quem obtém outra nacionalidade. Ela foi debatida ao longo de 2019 e já pode ser votada em primeiro turno. A perda de nacionalidade ficará restrita a duas possibilidades: quando a naturalização for cancelada por decisão judicial; ou quando for feito um pedido expresso de perda de nacionalidade, desde que essa perda não leve o cidadão a se tornar apátrida.

A proposta passou por todas as cinco rodadas de discussão no ano passado, mas recebeu uma emenda do senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) e precisou voltar para a CCJ. Com novo relatório favorável do senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG), ela já pode ser votada pelo Plenário. A emenda deixou expresso no texto que a perda da nacionalidade será declarada em virtude de fraude "relacionada ao processo de naturalização", mesmo que a situação leve a pessoa a ficar apátrida (Ag.Senado).

Corp. Empreendimento Imobiliário Ltda.
CNPJ nº 09.567.700/01-43 - NIRE: 35.228.644.002
Ata de Reunião de Sócios Realizada em 27 de Janeiro de 2020
Data, Local e Hora: No dia 27/01/2020, às 13h, na sede, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de SP, Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 360, 4º andar, sala 51, Vila Nova Conceição/SP. Convocação: Dispensada. Presença: Totalidade. Mesa: Abrão Muszkat - Presidente; e David Leon Rubinsohn - Secretário. Ordem do Dia: Deliberar sobre a redução de capital social da Sociedade no valor total de R\$ 4.000.000,00. Deliberações: 1. Os sócios decidem consignar que o capital social é excessivo com relação ao objeto da Sociedade e aprovaram, por unanimidade de votos, a redução do capital social total em R\$ 4.000.000,00, sendo que o capital social total atualmente é de R\$ 12.357.553,70, passará a ser de R\$ 8.357.553,70, a serem distribuídos da seguinte forma: • You Inc Incorporadora e Participações S.A. recebe R\$ 1.600.000,00. A You Inc Incorporadora e Participações S.A. declara, neste ato, que já recebeu o valor acima e que não possui nada mais a reclamar da Sociedade com relação ao valor a ser recebido em razão da redução de capital; • Faray S.A. recebe R\$ 2.000.000,00, o qual será pago quando solicitado pela sócia; • Rocontec Construções e Incorporações Ltda. recebe R\$ 400.000,00. A Rocontec declara, neste ato, que já recebeu o valor acima e que não possui nada mais a reclamar da Sociedade com relação ao valor a ser recebido em razão da redução de capital. A ata desta reunião deverá ser publicada para eventual manifestação de credores dentro de 90 dias de sua publicação. Após tal prazo, os sócios deverão celebrar a Alteração do Contrato Social da Sociedade para aprovar de forma definitiva e efetivar a redução de capital ora aprovada, nos termos do Artigo 1.084 do Código Civil. Encerramento: Nada mais, lavrou-se a ata. SP, 27/01/2020. Mesa: Abrão Muszkat - Presidente; David Leon Rubinsohn - Secretário; Sócios: You Inc Incorporadora e Participações S.A.; Abrão Muszkat - Diretor; David Leon Rubinsohn - Diretor; Faray S.A.; Eduardo Martins Ribeiro - Procurador; Rocontec Construções e Incorporações Ltda.; Luis Fernando Ciniello Bueno-Diretor; Pedro Farjalla Rocha - Diretor;

PLAST. BOBINA INDÚSTRIA EIRELI - EPP. CNPJ 32.556.420/0001-45, situada à Rua Boa Vista, nº 304 - Jardim Santa Marta, Santana de Parnaíba, torna público que recebeu junto a Prefeitura de Santana de Parnaíba, através do processo nº 426.986 - OS 122.700/19, Licença Prévia de Instalação e Operação (LPI/O) nº 045/20, para a atividade de Fabricação de laminados planos e tubulares de material plástico (Filmes de PVC impressos), emitida em 03/01/2020 a título precário com validade até 03/07/2020.

Senado em 2020

Reforma tributária, Mais Brasil e Fundeb são desafios

Neste ano, o Senado estará à frente de temas decisivos para o país. Proposições sobre a reforma tributária, as parcerias público-privadas (PPPs), a continuidade do Fundeb e a possibilidade de prisão após segunda instância estão em análise na Casa

Além delas, o Senado tem como tarefa discutir o Plano Mais Brasil, que reúne propostas apresentadas pelo governo para descentralizar o controle do dinheiro e racionalizar gastos.

Após a aprovação da reforma da Previdência, em 2019, a agenda de reformas segue com a reforma tributária como tema prioritário para 2020. O tema, complexo, é discutido em várias propostas que já estão em análise no Congresso. A construção de um texto de consenso que reúna todas essas propostas caberá a uma comissão mista, formada por deputados e senadores, cuja instalação é esperada já para fevereiro.

"A comissão é para conciliar um texto, harmonizar os que já foram estudados há anos e entregar ao Plenário uma proposta que seja palatável na Câmara e no Senado, para essa matéria ser aprovada no ano que vem", disse o presidente do Senado Davi Alcolumbre, após o final dos trabalhos de 2019.



A agenda de reformas segue com a reforma tributária como tema prioritário para 2020.

O presidente e o relator do colegiado já foram definidos: o senador Roberto Rocha (PSDB-MA) e o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB).

Entre os textos com mais força estão duas proposições: uma proposta apresentada por Davi Alcolumbre (DEM-AP) e outra apresen-

tada pelo deputado Baleia Rossi (MDB-SP). Ambas propõem a substituição de vários tributos que incidem sobre bens e serviços por um só imposto sobre valor agregado. Também deve ser enviada ao Congresso, após o início dos trabalhos, a reforma administrativa. O

formato não está fechado, mas as informações já fornecidas pelo governo indicam que pode haver mudança no regime dos servidores de algumas carreiras, que passariam a ser regidos pela CLT, e redução dos salários para futuros servidores (Ag. Senado).

Criação de rede integrada de pesquisas agropecuárias

O Senado deve estudar a criação de um amplo sistema de informações sobre pesquisa agropecuária. Essa rede digital seria abastecida por universidades (públicas ou privadas), instituições públicas e empresas privadas de pesquisa agropecuária, além de organizações de trabalhadores rurais.

O projeto — batizado de Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para a Agropecuária (SNPA) — espera atualmente a escolha do relator na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. De lá, seguirá para decisão terminativa da Comissão de Ciência e Tecnologia.

De acordo com os senadores Styvenson Valentim (Podemos-RN), Luis Carlos Heinze (PP-RS) e Soraya Thronicke (PSL-MS), autores da proposta, a ideia é integrar a produção de instituições, processos e instrumentos necessários para inovar a agropecuária brasileira.

Podem participar de forma voluntária, colaborativa e cooperativa, instituições científicas, tecnológicas e de inovação, públicas e privadas, que desenvolvam pesquisa agropecuária. Os senadores ressaltam que caberá ao governo gerenciar o SNPA. Um dos atributos do sistema vai ser concentrar informações sobre invenções patenteadas no Brasil e no mundo. Os parlamentares classificam o SNPA como "extremamente importante e estratégico para o desenvolvimento do setor agropecuário" (Ag.Senado).

Bolsonaro cancela readmissão de Santini e transfere PPI

O presidente Jair Bolsonaro informou ontem (30) que vai tornar sem efeito a admissão do ex-secretário-executivo da Casa Civil, Vicente Santini, para o cargo de assessor especial da pasta. Bolsonaro também vai exonerar o atual secretário-executivo e ministro substituto, Fernando Moura, e transferir o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) para o Ministério da Economia. As informações foram publicadas na conta pessoal do presidente no Twitter.

Na terça-feira (28), ao retornar de viagem à Índia, Bolsonaro anunciou que iria destituir Santini do cargo de secretário-executivo por usar um avião da FAB para ir de Davos, onde participou do Fórum Econômico Mundial, para Nova



Anúncios foram feitos pelo presidente nas redes sociais.

Delhi, na Índia, onde se juntou à comitiva presidencial, durante visita de Estado de Bolsonaro ao país.

A exoneração de Santini do cargo foi publicada na quarta-feira (29) no Diário Oficial da União (DOU). Na mesma edição, Bolsonaro nomeou o então assessor especial da Casa Civil,

Fernando Moura, como secretário executivo interino, assumindo também como ministro substituto. Ainda ontem, em edição extra do DOU, Moura nomeou Santini para o cargo de assessor especial da Secretaria Especial de Relacionamento Externo da Casa Civil (ABR).

Recursos de outorga devem ser aplicados no local da concessão

A Comissão de Infraestrutura do Senado analisa um projeto que estabelece que os recursos obtidos com o pagamento da outorga de concessão nos setores de transporte da administração pública sejam preferencialmente aplicados na unidade da Federação em que se localiza o serviço outorgado. O projeto aguarda designação do relator na comissão.

A proposta, do senador Jader Barbalho (MDB-PA), altera duas leis para que os recursos arrecadados em pagamento pela outorga da concessão nos setores rodoviário, ferroviário, hidroviário e aeroportuário, pela sua renovação e prorrogação sejam investidos onde se localiza a rodovia, a ferrovia, o porto ou aeroporto concedido.

As legislações alteradas são a Lei de Concessões e Permissões do Serviço Público e a lei que institui normas gerais para licitação



A Rodovia Fernão Dias, entre São Paulo e Minas, é uma das concessões federais a empresas privadas.

e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. Para Jader, a proposição tem como objetivo garantir que os valores obtidos com a outorga de concessões em determinado estado permaneçam preferencialmente no ente federado, beneficiando-o.

"Entendemos ser verdadeira injustiça destinar esse dinheiro aos cofres

federais como um valor livre de qualquer compromisso com o estado que, ao final, viabiliza o pagamento. É a força da economia do estado que viabiliza haver rodovia, ferrovia ou aeroporto interessante para o particular disputar uma concessão", avalia. Caso seja aprovado na CI, o projeto seguirá para análise na CCJ, em decisão terminativa (Ag.Senado).

Empresas & Negócios
netjen@netjen.com.br
Para veiculação de seus Balanços, Atas, Editais e Leilões neste jornal, consulte sua agência de confiança, ou ligue para
TEL: 3106-4171



Reforma tributária

Emaranhado de leis prejudica o ambiente dos negócios

“O mundo ideal seria a gente conseguir aprovar um imposto de valor agregado único, reunindo impostos sobre o consumo federais, estaduais e municipais. O mundo real, o mais factível, num primeiro momento, pode ser a unificação dos tributos do nível federal, o que já ajuda”. A avaliação das possibilidades da reforma tributária que tramita na Câmara e no Senado, é da advogada Ana Claudia Utumi, em entrevista ao jornal “Empresas e Negócios” (JEN).

Luiz Henrique Romagnoli/JEN

Doutorada pela USP, é integrante de várias entidades nacionais e da International Fiscal Association, com mais de 25 anos de experiência em tributação, ela é defensora da proposta de um imposto único sobre o consumo.

“O Brasil é um caso único em que a tributação sobre consumo foi fatiada em três pedaços: o federal com PIS, COFINS e IPI; o estadual com o ICMS e o municipal, com o ISS”. E lamenta as previsões de dificuldade para unificar todos os tributos: “Ideal é que a se aproveitasse esta oportunidade pra fazer uma limpa nesta complexidade toda”.

“Não faltam exemplos de empresas que fazem o primeiro investimento no Brasil, mas no momento de expandir, vão para outros países”, afirma Utumi ao rebater os defensores de uma reforma com subsídios para os mais pobres: “Em lugar nenhum do mundo se faz justiça fiscal com imposto sobre consumo. Tributar conforme a capacidade do sujeito é graduação do imposto de renda. É relativo à renda, não ao consumo”.

A advogada defende que não há como reduzir impostos neste momento, em que o país vai para o sétimo ano de déficit fiscal. Mas também não há espaço para aumentar a massa de impostos, “porque as pessoas e empresas estão no limite”.

JEN: Quais os pontos positivos do debate sobre reforma tributária no Congresso?

Gosto bastante da proposta da unificação de vários impostos em um, o imposto sobre valor agregado, ou IBS - Imposto sobre Bens e Serviços - no projeto da Câmara. Porque joga vários tributos pra dentro de um único e aproxima o Brasil da legislação tributária de mais de 100 países.

JEN: Como resolver os conflitos de interesse da federação, estados e municípios, que já travaram outras reformas tributárias?

O projeto do IBS é simples porque joga toda a tributação para o estado onde ocorrer o consumo. Isso reduz a guerra fiscal. Porque quem vai cobrar o imposto não é o estado onde esteja localizado o produtor, mas o estado onde esteja o consumidor. É possível que São Paulo, o estado com maior número de consumidores, saia beneficiado. Mas São Paulo também vende para outros estados.



Foto: Cartilha Diap/Anafe/Reprodução

Diffícil dizer quem sai ganhando quem sai perdendo. Há uma premissa de que ninguém perca arrecadação. Para cada estado, cada município é garantido que receba pelo menos o que já recebe hoje. Aí com maior desenvolvimento econômico a coisa pode ser balanceada. É um jogo de xadrez. Não é matemática fácil. De qualquer maneira ter um único imposto sobre valor agregado e não ter de ficar vendo a legislação de PIS, COFINS, IPI, 27 legislações de ICMS, praticamente 5.600 legislações de ISS, você tem um ganho muito forte.

teríamos menos brechas para as empresas. A legislação brasileira tem tanta exceção que dá margem a todo tipo de discussão. Além da exceção você tem a utilização de termos dúbios indefinidos em que cabe uma discussão. Trabalhar nestas nuances é o dia a dia das empresas em matéria tributária.

Este ponto das empresas, especialmente multinacionais, que conseguem ter um tratamento mais benéfico do que os simples mortais é objeto de preocupação da própria

JEN: A reforma pode melhorar o ambiente dos negócios?

Nós somos muito demandantes de capital estrangeiro, então precisamos melhorar o ambiente para atrair o investimento estrangeiro de qualidade, de longo prazo. Não o investimento especulativo que a gente tinha mais fortemente até há algum tempo, pela taxa de juros que era uma das maiores do mundo. Então reduziu muito o investimento especulativo e não está entrando o investimento novo.

JEN: E os outros impostos não precisam ser mudados? Qual a importância deles no total?

Na atual matriz brasileira, a tributação sobre consumo significa quase de 70% da carga total. Quando mexo no consumo, mexo no coração do sistema. Do ponto de vista de arrecadação é o mais relevante.

JEN: Como enfrentar a sonegação?

É chocante dizer, mas a sonegação é socialmente aceitável no Brasil. Diariamente vemos gente dizendo que prefere ficar com o dinheiro a dar para os políticos corruptos. E na verdade a sonegação é tão danosa quanto a corrupção, porque uma limpa o dinheiro que entrou e outra não deixa o dinheiro entrar. De um jeito ou de outro você tem um estado quebrado.

Por aqui não faltam lojistas que tem várias empresas no Simples Nacional e ele já não deveria caber no simples. Porque uma loja é da tia com a avó, outra do cachorro com o papagaio... Como ele tem a sensação de que ninguém fiscaliza, a evasão fiscal acaba premiada pela falta de fiscalização mais pulverizada. Em vários países foram adotadas políticas de tolerância zero contra a sonegação.

JEN: Na outra ponta as grandes empresas aproveitam as variações e brechas e acabam postergando ou se livrando de pagamentos. Como enfrentar?

Se a nossa legislação fosse mais simples com certeza



Foto: Olineira/GT

Existem em vigor no Brasil 63 tributos, 97 obrigações acessórias e mais de 3.790 normas tributárias, segundo o IBPT.



Ana Claudia Utumi durante evento de 10 Anos do Núcleo de Estudos Fiscais da Escola de Direito da FGV, em 2019.

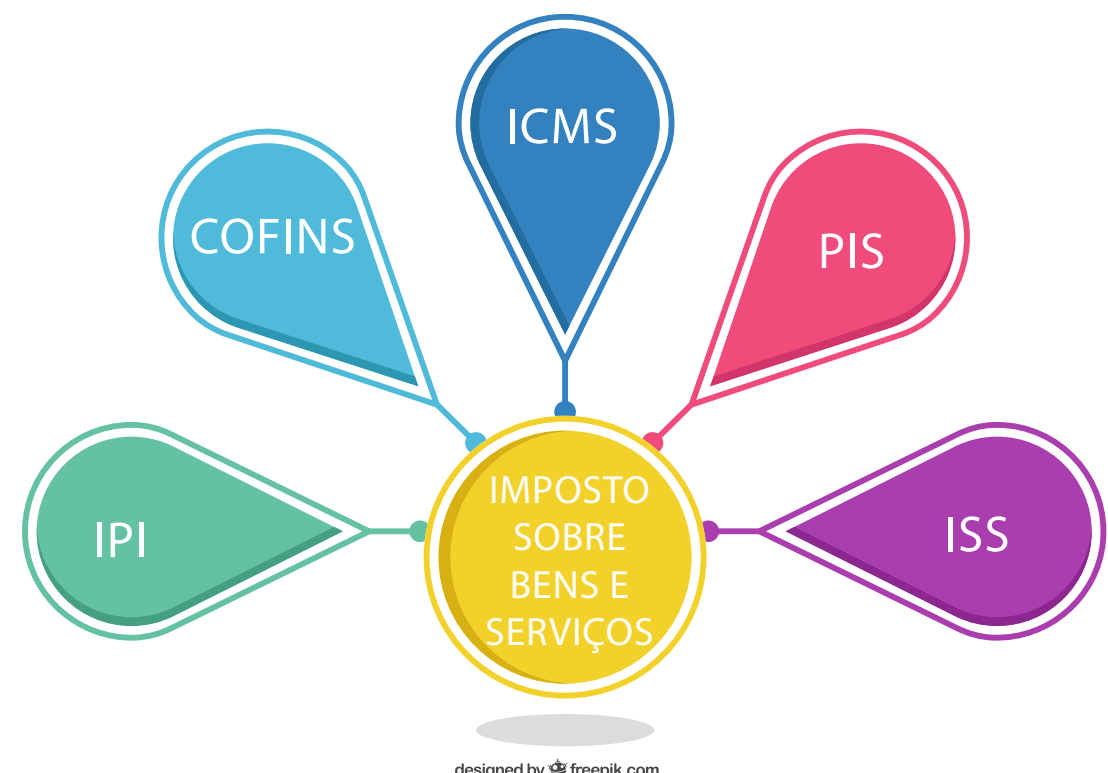
OCDE, que tem desde 2013 capitaneado um projeto, “Base erosion and profit shifting” (BEPS), basicamente “erosão da base de cálculo e transferência de lucro para outros países”.

O projeto estimula os países a verificarem nas suas legislações onde há economias tributárias. Hoje há mais de 100 países engajados nestes projetos, entre eles o Brasil, revisando as legislações. O OCDE entende que uma empresa que usa uma brecha na lei que o concorrente não estava enxergando, tem uma vantagem competitiva indevida porque a tributação deve ser neutra para todos.

JEN: Existem soluções locais para lidar com o problema?

Eu defendo uma maior comunicação entre fisco e contribuinte para resolver questões de interpretação. Em vários países existe a prática do “ruling”. O contribuinte antes de implementar um procedimento discute com a Receita esta interpretação e assim evita briga administrativa e judicial. Ter uma dialética maior da empresa com o fisco ajudaria. Isso é positivo e muito pouco feito no Brasil.

Aqui o mercado inteiro tem uma interpretação em determinado sentido, que é adotado por uma empresa que chega ao Brasil, para, depois de alguns anos, o Fisco, com uma interpretação completamente diferente, autuar. Ai a empresa tem que passar anos a fio discutindo se o tom de cinza é claro, escuro ou médio.



designed by freepik.com